



SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA

DEPARTAMENTO DE POLÍCIA TÉCNICA

Revista do Arquivo Público Mineiro

Dossiê

Anna Flávia Arruda
Lanna Barreto

LADO N.º

64878

ARQUIVO FOTOGRÁFICO Nº 1.

Memórias da resistência

> A abertura dos arquivos do Departamento de Ordem Política e Social do Estado de Minas Gerais (Dops-MG) e a digitalização dos seus documentos abriram espaço para a realização de pesquisas acadêmicas e científicas que contribuem para a compreensão do período ditatorial brasileiro (1964-1985) e para o resgate da memória histórica da ação dos aparelhos repressivos e da atuação dos grupos clandestinos de resistência ao regime. Esses foram violentamente coibidos, ora pela eliminação e desaparecimento forçado de alguns de seus integrantes, ora pelo desmantelamento das próprias organizações, por meio da ação repressiva do Estado. O acesso a essa documentação pela sociedade civil permitiu o desvendamento de décadas de história extraoficial do Brasil e de Minas Gerais.¹

Os documentos encontrados revelam um quadro de intenso controle, monitoramento e vigilância sobre todos os aspectos das atividades das organizações opositoras ao regime civil-militar brasileiro – reuniões, manifestações, publicações, listas de entidades, nomes dos integrantes, relatórios de investigações, mandados de prisão, inquéritos policiais militares, fotografias, autos de apreensão e depoimentos, entre outros documentos. Assim como as atividades dos militantes políticos e opositores ao regime eram vigiadas e documentadas, a polícia política do Estado de Minas Gerais procurou também registrar as atividades e ações repressivas realizadas contra as organizações clandestinas atuantes no período. O objetivo deste artigo é relatar a história de duas dessas organizações que se opuseram ao regime civil-militar brasileiro, quais sejam, a Corrente Revolucionária de Minas Gerais (Corrente) e o Comando de Libertação Nacional (Colina), em um período de acirramento das atividades do aparelho repressivo nacional (1967-1969).²

Vale ressaltar que a natureza das informações sobre as organizações clandestinas Corrente e Colina disponíveis

nos documentos do acervo do Dops-MG, preservadas no Arquivo Público Mineiro, reflete o viés ideológico próprio dos órgãos de repressão e seus agentes. Sendo assim, ao trabalhar com esses documentos, é necessário atentarmos para a origem dessas informações, bem como para o meio utilizado pelos agentes de segurança para obtê-las. Trata-se de informes e inquéritos que consideraram evidências da participação dos integrantes dessas organizações sem um rigoroso exame dos vínculos desses militantes com as ações de tais grupos organizados. Além disso, muitos dos depoimentos obtidos nos interrogatórios o foram por meio do recurso à tortura. Sabe-se que, nessas circunstâncias, a coerção física ou psicológica pode levar um interrogado a declarar aquilo que um interrogador deseja ouvir, a fim de fazer cessar o suplício. A análise dessa documentação requer, portanto, ponderações em relação à credibilidade do conteúdo exposto nos documentos.

Com base nessa lógica investigativa, nossa pesquisa procurou – por meio de documentos disponibilizados no acervo do Dops-MG contendo depoimentos de ex-integrantes da Corrente³ e da bibliografia consultada – cruzar informações relativas à atuação dos integrantes dos grupos Colina e Corrente na oposição ao regime civil-militar instituído. Pesquisamos também quais foram os principais instrumentos de repressão utilizados contra aqueles militantes. Essa metodologia nos permitiu recontar os inúmeros episódios de violações dos direitos humanos de estudantes, operários, professores, profissionais liberais, mulheres e homens que ousaram lutar contra a ditadura civil-militar brasileira e proclamavam fazê-lo em defesa de uma sociedade mais igualitária e democrática.

O fértil terreno da revolução

Até a década de 1960, o principal tronco das organizações de esquerda no país era o Partido



À esquerda, o religioso norte-americano padre Patrick Peyton (em primeiro plano) acena em manifestação da campanha *Rosário em Família*, de caráter conservador, liderada por ele no Brasil. À direita, o ex-governador de Minas José de Magalhães Pinto e outras autoridades não identificadas. Belo Horizonte (MG). 1964. Arquivo Público Mineiro. Fundo José Aparecido de Oliveira JAO-0127(03).

Comunista Brasileiro (PCB). Sua linha programática era favorável a um trabalho de massas e a uma ação política que não incluía a luta armada. A partir da década de 1960, verificou-se o surgimento de novas organizações de esquerda que passaram a criticar as concepções políticas do PCB e a imputá-las de legalistas, gradualistas e inclinadas à conciliação de classes.

Entre 1964 e 1968, já na vigência do regime autoritário, as divergências políticas entre os grupos de esquerda se acentuaram, provocando cisões nas organizações existentes e o surgimento de novas siglas. Os grupos opositoristas se uniam sob as bandeiras do fim do autoritarismo e da implantação do socialismo, mas divergiam quanto aos métodos e táticas a serem empregados para alcançá-las. Jacob Gorender, até então um dos membros mais eminentes do Comitê Central do Partido Comunista Brasileiro, anotou que no ano de 1967 uma das principais dissidências do PCB

passou a exercer oposição às propostas e estratégias de resistência do Comitê Central do partido, passando a ser conhecida nacionalmente pela denominação de Corrente Revolucionária. Gorender revela:

Até setembro de 1967, ainda compareci a seis reuniões do Comitê Central. Nelas e em conversas laterais em São Paulo e no Rio, nossas posições se esclareceram. Marighella, Mário Alves – afastado da Comissão Executiva e deslocado para Minas, após passar um ano na prisão –, Jover Telles, Câmara Ferreira, Apolônio de Carvalho, Miguel Batista dos Santos e eu estávamos dispostos a levar a oposição até o rompimento. Decidimos permanecer no PCB e travar a luta interna, sem ilusão em triunfo. Nacionalmente, a oposição interna ao Comitê Central recebeu o nome de Corrente Revolucionária ou simplesmente Corrente.⁴

Em Minas Gerais, a Corrente Revolucionária surgiu em 1967 a partir da cisão também ocorrida no comitê do Partido Comunista Brasileiro de Belo Horizonte. O início de suas atividades como organização clandestina de oposição ao regime civil-militar brasileiro ocorreu durante o VI Congresso do PCB, quando seus fundadores optaram por alinhar suas propostas de resistência às concepções de Carlos Marighella e Mário Alves de Souza Vieira, que lideravam a oposição partidária. Nos depoimentos de ex-integrantes da Corrente, podemos perceber como a polarização de opiniões sobre as estratégias da luta revolucionária foi determinante para a cisão ocorrida no partido e para a subsequente formação de organizações que defendiam o uso da luta armada como estratégia de derrubada do regime civil-militar.

Naquela época, vivíamos as discussões que precederam o VI Congresso do PCB. Nas discussões, polarizaram-se duas grandes vertentes. A luta armada se contrapunha à resistência pacífica à ditadura. Como consequência, foram surgindo, nos Estados, diversos grupos dissidentes. Os militantes jovens, principalmente provenientes do movimento estudantil, com apoio de alguns dirigentes do Comitê Central como o Mário Alves [de Souza Vieira], o Apolônio de Carvalho e o Carlos Marighella, defendiam a necessidade de se partir para a formação de um exército para derrubar, pelas armas, o governo militar. Outros, que compunham a maior parte do Comitê Central do Partido, defendiam o aprofundamento de uma resistência pacífica através do fortalecimento do movimento popular.⁵

A polarização ideológica no interior do PCB, entre os que defendiam a luta armada como estratégia revolucionária e os que defendiam a aliança com o Movimento Democrático Brasileiro (MDB)⁶ – que gozava de legalidade consentida pelo regime –, fez com que

diversos quadros, com expressiva liderança, cobrassem posições mais combativas à sua direção. Em meados dos anos 1960, esses dissidentes rompem com o PCB e criam novas organizações de oposição, levando consigo considerável número de militantes, que passaram a defender a estratégia da luta armada como forma de combater a ditadura. Em Minas Gerais, a dissidência conhecida como Corrente foi organizada pelo jornalista Mário Alves quando de sua permanência em Belo Horizonte, em 1967. No ano seguinte, Alves⁷ deslocou-se para o Rio de Janeiro e os integrantes da Corrente se aproximaram de Carlos Marighella, defendendo um movimento descentralizado e autônomo.

A sigla Corrente passou a designar o grupo de ex-integrantes do PCB, autointitulado Corrente Revolucionária, que se opunha às propostas reformistas do partido. Esse grupo defendia o recurso à luta armada como caminho necessário para a derrubada do poder e para a realização de uma efetiva revolução socialista. Em 1967, a Corrente lançou o documento *Orientação básica para atuação: 20 pontos*, redigido por Mário Alves.⁸ Seus principais líderes eram Ricardo Apgaua, José Júlio de Araújo, Mário Roberto Galhardo Zaconato, Sérgio Bittencourt, Hélcio Pereira Fortes e Gilney Viana. Os fundadores da Corrente provinham de Belo Horizonte e Ouro Preto, sendo constituídos por estudantes universitários e secundaristas, operários e funcionários públicos.

A organização surgida em Minas Gerais teve duas fases. A primeira consistiu na criação dos comitês: estudantil, operário e de servidores públicos. Nessa fase, seus integrantes buscaram recrutar o maior número possível de militantes. As principais atividades então realizadas foram as de divulgação e propagação dos objetivos da organização e o levantamento das necessidades materiais de cada comitê. A segunda fase consistiu na formação da estrutura de funcionamento da Corrente, com a escolha dos membros de seu comando, o



Philip Randolph (1889-1979), um dos líderes do movimento pela igualdade civil dos afro-americanos, defende no Congresso dos Estados Unidos os objetivos da Marcha pelos Direitos Civis naquele país. Arquivo Público Mineiro. Fundo Folha de Minas. FM-1- 3-188. 1963.

planejamento das ações armadas e das atividades de propaganda, além da formação política de seus quadros. A estrutura organizativa da Corrente era constituída por uma direção central – geralmente ocupada por militantes mais experientes –, pela militância de base, com atuação nos diversos comitês, e por simpatizantes – pessoas favoráveis ao movimento, mas sem vínculo organizacional – que eventualmente colaboravam com doações financeiras, cediam suas residências para a realização de reuniões ou para abrigar militantes.⁹

Entre os objetivos estratégicos da Corrente destacam-se o combate à ditadura civil-militar e o estabelecimento de um governo democrático-popular e nacionalista. Segundo Ricardo Apgaua, um de seus ex-integrantes, as divergências – internamente ou no confronto com outras organizações congêneres – não se davam em torno dos objetivos almejados, e, sim, em torno dos métodos e táticas a serem utilizados para a consecução desses objetivos.

A grande divergência não se deu quanto aos objetivos a serem alcançados, mas quanto aos

métodos a serem utilizados para alcançar esses objetivos. Defendíamos que o único instrumento com perspectivas reais de derrubar a ditadura era a luta armada. O Partidão, como nós nos referíamos ao PCB na época, achava que, por não termos força suficiente para este embate, deveríamos criar uma ampla frente política de repúdio à ditadura e que necessariamente acabaria por derrotá-la.¹⁰

Vale ressaltar que as propostas de luta armada elaboradas pelas diferentes organizações de esquerda não foram – contrariamente ao que argumentaram *a posteriori* alguns analistas – uma resposta à intensificação da repressão após a decretação do Ato Institucional nº 5.¹¹ Desde 1961, quando da crise dos mísseis cubanos¹² e da definição do governo de Cuba como socialista, a proposta de exportação da revolução para os países da América Latina passou a ser tratada “como condição para sobrevivência e consolidação da revolução em Cuba”. O apoio do governo cubano à realização da luta armada no Brasil para promoção da revolução socialista se deu em três momentos da nossa

Foto anexa à carta de João Batista Pessoa Lima dirigida a Jânio Quadros, na qual o eleitor empunha uma vassoura, candidato ao cargo de governador do Estado de Minas Gerais, em apoio a Jânio Quadros, a quem apoiava a foto foi oferecida, com dedicatória, ao candidato Jânio Quadros, em Minas Gerais, em 1961. Arquivo Público Mineiro. JAO-0087(054).

História. O primeiro, a partir de 1962, quando as lutas no campo se radicalizaram devido a atividades das Ligas Camponesas lideradas por Francisco Julião;¹³ a segunda, em 1965, com a frustrada tentativa de Leonel Brizola e do Movimento Nacionalista Revolucionário de promover a “Guerrilha do Caparáo”;¹⁴ e, finalmente, em 1967, por meio da Aliança Libertadora Nacional, organização político-militar surgida sob a liderança de Marighela.¹⁵

Foquismo e luta de massas

A luta armada, baseada no foquismo cubano,¹⁶ ganhou respaldo entre alguns dissidentes da Organização Revolucionária Marxista – Política Operária (Polop), sobretudo durante seu IV Congresso, realizado em São Paulo, em 1967. Os dissidentes mineiros da Polop não adotaram, a princípio, uma sigla própria, pois tinham como objetivo “participar de um processo maior de fusão de vários grupos e tendências”,¹⁷ passando então a nomear-se simplesmente como A Organização. Em seu documento original, uma *Carta Aberta aos Revolucionários*¹⁸ datada de setembro de 1967, os militantes da organização destacam alguns pontos de divergência com as propostas da Polop, aprovadas durante o IV Congresso.

O documento tem, portanto, um caráter de INTEGRAÇÃO [sic], na medida em que busca integrar os militantes revolucionários dos vários Estados das várias Organizações na reflexão crítica comum sobre prática anterior, na discussão crítica comum sobre prática futura da qual a reunião foi uma importante etapa cumprida.¹⁹

Entre as discordâncias destaca-se a substituição, pregada pelos polopianos, dos sindicatos pelos comitês de fábrica como forma de propagar as ideias marxistas na classe operária, no momento em que os sindicatos ainda dispunham de ampla capacidade de mobilização.

Ora, ignorar o sindicato (substituindo-o pelo “comitê de fábrica” ou de “empresa”), no momento em que a massa estava no sindicato, era utópico. O sindicato, gozando de legalidade, oferecia as mais amplas condições de mobilização. E tentar substituí-lo era um erro ainda maior, porque era ela, naquele momento, a instituição que permitia a conjunção da luta econômica e da luta política do operariado.²⁰

Diferentemente dos militantes da Polop, que acreditavam na educação da classe operária por meio de uma conscientização socialista “europeizada”, fazendo uso de propaganda como “foco potencializador da voz da vanguarda ideológica”, para os integrantes do grupo Colina, a mobilização e conscientização da classe operária deveriam ocorrer por meio da luta armada, levada a efeito com outras forças sociais que atuariam no processo de desmantelamento do aparelho repressivo do país.

[A classe operária] só será mobilizada através da luta armada, no processo da qual se educará, assim como a nós próprios. Ela é a força fundamental da revolução, mas não a fará sozinha. Sua vanguarda terá que utilizar-se de outras forças sociais que, lutando sob sua direção, ajudem-na a destruir o aparelho de repressão do estado burguês-latifundiário e minar as bases do imperialismo.²¹

Outro ponto de divergência entre as linhas programáticas dessas organizações é a estratégia utilizada para o desencadeamento da revolução. Para os integrantes da Polop, a luta armada deveria partir do meio urbano. Ao contrário, os militantes do grupo Colina defendiam que foco revolucionário deveria partir do campo, sob a forma de uma “guerra de guerrilhas”, tal como no modelo cubano.

Enquanto a direção nacional tem o seu projeto baseado na esperança de uma insurreição urbana, colocamos que a luta armada – como forma fundamental de luta de classes na atual conjuntura – terá que ser centralizada no campo, sob a forma de guerra de guerrilhas [...] Para nós a tarefa fundamental e imediata é a da instalação do foco guerrilheiro, não como apêndice, mas como núcleo do Partido e embrião do Exército Popular, que porá em movimento as grandes massas camponesas e dará apoio às massas urbanas, enfraquecendo e destruindo o aparelho burocrático e militar do Estado.²²

Em 1968, quando a nova organização surgida do “racha”²³ da Polop realizou diversas ações armadas com a finalidade de adquirir fundos para serem usados na propagação dos seus objetivos e estratégias, foi batizada como Comandos de Libertação Nacional (Colina),²⁴ que teve existência curta (1967-1969). Suas ideias se baseavam na estratégia defendida durante a assembleia da Organização Latino-Americana de Solidariedade (Olas), ocorrida em 1967, em Havana (Cuba), que contou com participação de Carlos Marighella. Com o lema “A ação faz a vanguarda”, Marighella propõe ações armadas nas grandes cidades brasileiras a fim de recolher recursos para a guerrilha rural. Com base na estratégia revolucionária da guerrilha cubana, que chegou ao poder sob a liderança de Fidel Castro, Marighella defendia que da luta no campo deveria nascer o Exército de Libertação Nacional para derrubar o regime civil-militar brasileiro e implantar um programa de transformações anti-imperialistas.

Os combatentes

Ao longo do regime ditatorial, várias ações de resistência foram empreendidas por organizações de esquerda, grupos operários, estudantis, além de

intelectuais, artistas, setores da Igreja e parlamentares de oposição engajados na luta contra a ditadura.²⁵ O perfil dos militantes de esquerda que participavam das organizações clandestinas revela o predomínio de indivíduos originários da classe média urbana, cerca de 58%; os escolarizados somavam 31% dos processados na Justiça Militar, enquanto os jovens do sexo masculino constituíam 86% do grupo de processados.²⁶

Nos documentos processuais disponíveis no acervo do Arquivo Público Mineiro, datados do período de abril de 1969 a novembro de 1971, é possível constatar a predominância de integrantes da organização Corrente naturais das cidades de Belo Horizonte e Ouro Preto. Majoritariamente jovens (cerca de 62%), contavam entre 18 e 30 anos e eram do sexo masculino.²⁷ Dos 86 indivíduos arrolados nos Inquéritos Policiais Militares (IPMs), somente 22 eram mulheres. No total de integrantes da Corrente cujos nomes constam dos processos policiais sob a guarda do APM predominam os de militantes naturais de Belo Horizonte, Ouro Preto e Juiz de Fora. A maior parte desses militantes é natural da Região Central, seguindo-se os naturais da Zona da Mata e Centro-Oeste do Estado de Minas Gerais.²⁸ Apesar de a base da militância ter se organizado nas cidades de Belo Horizonte e Ouro Preto, a origem diversificada dos militantes mineiros possibilitou a conexão das ações em diferentes regiões do Estado.

A estratégia consistia em implantar, no médio prazo, a guerrilha rural no interior do Estado. Tornava-se necessário adotar uma logística que permitisse o deslocamento de unidades guerrilheiras para o interior. Nesse sentido, a Corrente contou com a ajuda de colaboradores e simpatizantes que se encarregavam de conseguir locais para as reuniões da organização ou para abrigar militantes. No trecho de depoimento que se segue, Ricardo Apgaua cita quatro cidades que serviram de base para essa estratégia.

Quando começamos a estruturar a Corrente, definimos o que chamávamos eixos estratégicos para a luta contra a ditadura no Estado de Minas Gerais. Eram, principalmente, cidades com unidades militares de peso e confluências de estradas importantes, capazes de dividir o país e criar problemas de abastecimento em caso de bloqueio. Entre as cidades que definimos como estratégicas, no Estado, me lembro de Belo Horizonte, Governador Valadares, Montes Claros e Juiz de Fora.²⁹

A principal base social da Corrente era o movimento estudantil, constituído em sua maioria por estudantes da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), das Escolas de Minas e Farmácia de Ouro Preto. O líder do setor estudantil era Mario Roberto Galhardo Zanconato. No setor operário destacou-se como liderança Hécio Pereira Fortes e entre os servidores públicos, Gilney Amorim Viana. Uma das peculiaridades da Corrente, comparativamente às outras dissidências armadas do PCB, foi a diversidade de sua base, que contava integrantes originários do meio estudantil, do meio operário e do funcionalismo público.

Os documentos processuais³⁰ indicam que a maioria dos integrantes do grupo Colina era constituída basicamente por jovens menores de 25 anos (60% dos indiciados), militantes do movimento estudantil, sobretudo do Centro de Estudo de Medicina (CEM), da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Muitos de seus integrantes mais ativos, que constituíam sua liderança, eram estudantes da Escola de Medicina da UFMG. Entre eles destacam-se Ângelo Pezzuti, Apolo Lisboa, Jorge Nahas e Maria José Nahas. Devido a sua origem pequeno-burguesa, o trabalho com o operariado não foi considerado prioritário para a efetivação das ações realizadas pela organização. Na opinião de seus integrantes, a distância entre a teoria e a prática inviabilizava a tomada de consciência dos militantes

quanto aos reais problemas econômicos vivenciados pelos operários. O depoimento a seguir subsidia essa informação.

Eu, durante um período, tentei fazer movimento operário também [risos]. Não tinha o menor sentido [risos]. [...] Então, eu me lembro que eu me sentia muito sem jeito, muito sem jeito, que eu era aquela filha de médico do interior e indo pelos bairros operários, não é? Não tinha nada a ver uma coisa com a outra. Eu me sentia muito sem jeito com isso.³¹

Os integrantes do Colina viam como “perigosa e errônea” a integração do movimento estudantil ao movimento operário. Apesar de acreditarem que o movimento operário participa, historicamente, da luta do povo por sua libertação, o distanciamento entre a realidade do trabalho nas fábricas e do trabalho no meio estudantil prejudicava a formação de um movimento integrado à luta revolucionária. Segundo documento divulgado á época,

[...] as classes sociais possuem características e interesses próprios e que lutando na defesa dos mesmos definem-se revolucionariamente, quando entram em choque, através da luta, com a classe dominante [...] Daí afirmamos que o ME [movimento estudantil] tem suas próprias bandeiras de luta, dialeticamente ligadas às do proletariado e às do campesinato. O ME trava uma luta política contra o inimigo comum. Para atingir seus fins é imprescindível que haja uma transformação radical da sociedade brasileira, com o conseqüente surgimento da nova estrutura. A partir daí vemos a necessidade de se traçar uma linha política de ação conseqüente, no campo próprio do ME.³²

A organização era constituída internamente por células ou comandos. Existiam as células de expropriação,

sabotagem, inteligência, de levantamento de área e a célula urbana. A partir dessas células, os integrantes organizam e planejavam suas atividades de combate à ditadura. O grupo tinha consciência do desconhecimento, por parte de seus integrantes, da realidade das lutas operárias. A fim de minimizar essa desinformação, a organização propôs-se um trabalho de divulgação de literaturas que tematizassem a realidade operária.³³ Para realização desse trabalho o grupo criou o jornal *Piquete*, que tinha como objetivo incitar os operários à tomada de consciência e de atitude frente à exploração dos patrões, denunciando suas péssimas condições de trabalho, noticiando e criticando greves realizadas em momentos inoportunos que levavam ao enfraquecimento do movimento operário. Foi também importante, nesse período, o esforço para a formação de quadros, por meio de cursos de marxismo e história do movimento socialista destinados aos militantes, tanto do meio estudantil quanto do operário. Por outro lado, com a finalidade de conhecer a realidade operária, o Colina defendia o trabalho de alguns de seus integrantes nas fábricas e nos bairros operários. Na visão de uma de suas integrantes, essa estratégia não foi bem-sucedida.

Ações armadas

Tanto a organização Colina quanto a Corrente se propunham a desencadear uma guerrilha rural cujo objetivo final era converter-se em um exército popular revolucionário capaz de empreender a derrubada do regime civil-militar e a instalação de uma sociedade socialista e democrática. Contudo, ambas as organizações alcançaram, efetivamente, realizar apenas ações de guerrilha urbana que tinham como finalidade conseguir fundos para a implantação da guerrilha rural, para a manutenção dos “aparelhos”³⁴ que abrigavam os militantes na clandestinidade e financiar ações de cunho propagandístico sobre os objetivos políticos dessas organizações.

A radicalização dos integrantes do grupo Colina que os levou à opção pela luta armada como estratégia imediata para dismantelar o regime civil-militar pode ser constatada nos documentos internos que circulavam entre os militantes. O documento *Concepção da luta revolucionária*, de abril de 1968, defende como necessário o uso da violência para derrubar o regime e a inviabilidade das propostas reformistas de resistência pacífica.

A defesa da violência é um dos aspectos da luta ideológica que os marxistas-leninistas travam contra os reformistas. O reformismo representa um dos aspectos da política das classes dominantes, constituindo-se numa das armas de que se utiliza a burguesia para manter a luta dentro dos seus quadros ideológicos. A luta armada é a única forma de se alijar do poder os representantes de uma classe social.³⁵

A radicalização das formas de ação na luta de resistência empreendida pelos militantes do grupo Colina fica explícita no documento *Guerra revolucionária, guerrilha urbana*, que defende a prática de ações terroristas para eliminação do inimigo, intimidar, fazer agitação e, com isso, fazer ruir os pilares da “segurança nacional” que sustentavam o regime.

O terrorismo pode ser destinado a vários objetivos: intimidar, provocar, efeitos de propaganda e agitação. Pode ser efetuada da seguinte maneira: discriminada (listas negras de políticos e militares traidores); indiscriminada (bairros, centros de diversão etc.). O combate tático pode ser: de ataque, de defesa. Podendo os mesmos ser executados em várias causas tais como: apoio a greves, operações de expropriações, operações de guerra coordenadas, atentados.³⁶

Assim como as demais organizações clandestinas, Colina estabeleceu regras de segurança rigorosas que deveriam ser obedecidas por seus integrantes. As ações armadas eram planejadas de forma a evitar falhas e erros que pudessem ser fatais para a organização, levando à morte ou à prisão dos militantes. Desde a escolha dos encarregados da ação, de acordo com o perfil de cada um, até o comportamento que deveriam observar caso fossem presos, tudo era previamente planejado e pensado.

Além do treinamento físico a que deveriam submeter-se, a preparação política dos militantes também era necessária para que esses se conscientizassem da sua condição de revolucionários. As regras de segurança deveriam ser rigorosamente seguidas pelos integrantes do Colina, sobretudo quando fossem presos. Na biografia de Maria do Carmo Brito, ex-integrante da organização, são descritos os procedimentos a serem seguidos quando das prisões, detenções ou tortura de militantes.

Regra 1: Quanto maior número de horas você aguentar [na tortura], mais tempo os companheiros terão para saber que você foi presa e assim não irão aos pontos de encontro;
Regra 2: Não falar. Se você não fala, não cai ninguém, então, ninguém fala de você. Você vai sofrer um pouquinho, mas depois aguenta;
Regra 3: Estabelecer um ponto de dor na hora em que injetassem o *pentotal*, e assim, simular que desmaiou bem rápido, para assim impedir que continuem;
Regra 4: Aproveitar todas as situações para o suicídio; e Regra 5: Bater com a cabeça na parede até desmaiar.³⁷

De acordo com os relatórios do Dops-MG, o grupo Colina tinha como principal objetivo preparar ideológica, política e militarmente quadros militantes, que se comprometessem com a luta revolucionária colocando seus problemas pessoais em segundo plano.

O comando urbano de atividades adotava a seguinte divisão de tarefas no planejamento das ações: "a) Célula Coordenadora de Informações, responsável pelo trabalho de inteligência, b) Setor de Terrorismo, encarregado de dois objetivos: 'justiçamento' e amedrontamento, c) Setor de Expropriação, ao qual cabia a realização de assaltos a bancos ou empresas; d) Células estudantis e operárias, para o trabalho de 'conscientização e doutrinação'".³⁸

O emprego da violência nas ações revolucionárias era um recurso para expropriações de bens pecuniários, para "amedrontamento" dos interventores e agentes da repressão e para demonstração do grau de envolvimento e comprometimento dos integrantes das organizações armadas com a revolução socialista almejada. Nesse particular, destacaram-se as ações empreendidas pelos Comandos de Libertação Nacional.

O Setor de Terrorismo da Colina efetuou dois atos de "amedrontamento", no dia 18 de outubro de 1968, fazendo explodir duas bombas próximas à residência do delegado do Ministério do Trabalho, Onésimo Viana, e do interventor no Sindicato dos Metalúrgicos, Humberto Polo. Nesses locais foram deixados explosivos e boletins do Colina. No conteúdo dos panfletos jogados próximo aos explosivos é possível perceber que a ação do grupo foi uma retaliação à intervenção nos sindicatos, à prisão de alguns líderes grevistas e à demissão de cerca de 200 metalúrgicos que contavam mais de dez anos de trabalho, por terem participado da greve que mobilizou o operariado de Contagem naquele ano.³⁹

Expropriações

Quanto ao Setor de Expropriação,⁴⁰ além de roubos e furtos de inúmeros veículos, o grupo realizou quatro assaltos. Um desses, no dia 23 de agosto de 1968, a um carro da Secretaria da Fazenda, que supostamente

levava dinheiro para a cidade de Guanhães (MG). Os guerrilheiros interceptaram o carro para realizar a expropriação dos recursos. Contudo, o assalto não obteve êxito, pois o dinheiro esperado não se encontrava no veículo. Outra ação de expropriação foi realizada no dia 28 de agosto de 1968 contra a agência do Banco do Comércio e Indústria de Minas Gerais, localizada na Avenida Pedro II, em Belo Horizonte. O terceiro assalto foi realizado no dia 4 de outubro de 1968, na agência do Banco do Brasil, na Cidade Industrial de Contagem (MG), sendo deixados no local panfletos da organização guerrilheira. O quarto deles ocorreu no dia 14 de janeiro de 1969, nas agências dos bancos da Lavoura e Mercantil, em Sabará (MG). Esse último assalto contou com a participação de militantes de outras células e setores, vindos do Rio de Janeiro.

Contudo, a reação dos órgãos de repressão não se fez esperar. Materiais destinados a atividades doutrinárias e outros relacionados com a organização foram apreendidos pelo Dops-MG em diligências realizadas nos aparelhos onde estavam escondidos alguns de seus integrantes: o estudante João Batista dos Mares Guia, o operário João Anunciato dos Reis, os estudantes Carlos Vilan Pinõn e Pitágoras de Oliveira Machado, presos em 14 de janeiro de 1969, com dois líderes do Colina, os estudantes Ângelo Pezzuti da Silva e Pedro Paulo Bretas. Foram relacionados pelo órgão de repressão “farto material doutrinário, uniformes de várias corporações militares, explosivos, produtos químicos, armas e munições”.⁴¹

Assim como ocorreu na organização Colina, a Corrente Revolucionária de Minas Gerais fez uso de práticas violentas para realização de expropriações⁴² em bancos e repartições comerciais. Essas atividades tinham, igualmente, como objetivo angariar recursos para o financiamento da causa revolucionária e aquisição de outros materiais necessários ao

prosseguimento da luta. No período entre 1968 e 1969, a Corrente realizou diversas ações armadas, entre assaltos a estabelecimentos comerciais, a agências bancárias, assim como roubos de carros e de armas e munições.⁴³

A primeira ação registrada na documentação do Dops custodiada pelo Arquivo Público Mineiro foi um assalto à Drogaria São Félix, no centro de Belo Horizonte, ocorrido no dia 25 de outubro de 1968. Essa ação rendeu à organização cerca de NCr\$ 2.320 (dois mil, trezentos e vinte cruzeiros novos), o equivalente, em moeda de hoje, a R\$ 26.371 (vinte e seis mil, trezentos e setenta e um reais). Apesar de bem-sucedidos, os assaltantes tiveram de empreender a fuga a pé devido a um defeito no carro utilizado na operação, um Sinca, cor preta, que usava a placa sobreposta MG 3-62-75. O veículo foi encontrado posteriormente estacionado de forma irregular na Avenida Amazonas, em frente ao número 709, Belo Horizonte.⁴⁴

A segunda ação de expropriação realizada pela Corrente ocorreu no dia 1º de dezembro de 1968, durante a madrugada, na Boate 6 a 6, situada na Avenida Senhora do Carmo, nº 1.400, Bairro do Carmo, em Belo Horizonte. Durante essa ação, o grupo recolheu joias e dinheiro das pessoas que estavam presentes no local. O objetivo era conseguir recursos financeiros para saldar dívidas de aluguel nas cidades de Montes Claros e Governador Valadares, além de manter a estrutura da organização. Durante a operação, um dos presentes reagiu e foi baleado, outros dois foram atingidos por fragmentos de projéteis. Não houve mortes.⁴⁵

Nos meses de janeiro e fevereiro de 1969, o grupo Corrente realizou três assaltos aos seguintes estabelecimentos: Itaminas Comércio de Minérios S/A, na cidade de Sarzedo (MG); Banco de Minas Gerais,

agência de Ibirité (MG); e Mercearia Nossa Senhora da Conceição em Contagem. No dia 31 de março, os guerrilheiros da Corrente assaltaram a agência da Caixa Econômica Estadual, situada na Avenida Alfredo Balena, em Belo Horizonte. Segundo registro dos inquéritos policiais sobre o caso, o montante arrecado pelo grupo foi em torno de NCr\$ 3.000 (três mil cruzeiros novos), cerca de R\$ 35.000 (trinta e cinco mil reais), em valores atuais.⁴⁶ Após essas operações, os agentes de segurança do Estado (Dops e Polícia Militar) realizaram um cerco à organização.

A repressão aperta o cerco

A visibilidade das ações armadas realizadas pelas organizações Comandos de Libertação Nacional e Corrente Revolucionária de Minas Gerais resultou na tomada de medidas mais rigorosas de vigilância e monitoramento de seus militantes por parte dos órgãos de repressão do Estado, sobretudo pelo Departamento de Ordem Política e Social (Dops). Estudo feito por Flávia Maria Franchini Ribeiro, a respeito da experiência dos presos políticos na Penitenciária Regional de Linhares, em Juiz de Fora, constatou, entre os detidos naquela instituição, o predomínio de militantes vinculados a três organizações de esquerda atuantes em Minas Gerais naquele período: Colina, Corrente, Ação Popular (AP) ou Ação Popular Marxista-Leninista (APML).⁴⁷

Os agentes da repressão pertenciam a distintos órgãos empenhados no combate às organizações de esquerda, em especial Exército, Dops e Polícia Militar, que desenvolviam ações articuladas entre si. Os presos políticos eram obrigados a passar por vários estabelecimentos prisionais – em Minas e em outros Estados –, onde eram interrogados, torturados e, depois de julgados pela Justiça Militar, cumpriam as

penas que lhes eram atribuídas. A prática da tortura aplicada em presos políticos se destinava tanto a obter informações quanto servia de instrumento de intimidação, por meio de demonstrações práticas dos métodos de suplício. O estudante Ângelo Pezzuti da Silva, preso em Belo Horizonte e torturado no Rio de Janeiro – então capital do Estado da Guanabara (GB) –, narrou ao Conselho de Justiça Militar de Juiz de Fora, no ano de 1970:

[...] que, na PE (Polícia do Exército), da GB, verificaram o interrogado e seus companheiros que as torturas são uma instituição, uma vez que o interrogado foi o instrumento de demonstrações práticas desse sistema, em uma aula de que participaram mais de cem sargentos e cujo professor era um Oficial da PE, chamado Tnt. Ayrton que, nessa sala, ao tempo que projetava “slides” sobre tortura, mostrava-se na prática para a qual serviram o interrogado, Maurício Paiva, Afonso Celso, Murilo Pinto, P. Paulo Bretas, e outros presos que estavam na PE-GB, de cobaias.⁴⁸

Após a ocorrência do último assalto realizado pelo Colina, os agentes de segurança intensificaram o cerco à organização, decretando o seu desmantelamento na cidade de Belo Horizonte. Em diligência realizada no dia 29 de janeiro de 1969, houve um tiroteio que resultou na morte de dois policiais e ferimentos em um terceiro. Foram presos na ocasião sete integrantes do grupo: Afonso Celso Lana Leite, Jorge Raimundo Nahas, Júlio Antônio Bittencourt Almeida, Maria José Carvalho Nahas, Murilo Pinto Silva, Maurício Vieira de Paiva, Nilo Sérgio Menezes Macedo. No mesmo dia foi preso na Guanabara o militante Antônio Pereira Matos, também integrante da organização. Na ocasião já estavam presos Ângelo Pezzuti da Silva, Pedro Paulo Bretas, José Raimundo de Oliveira, Carlos Vilan Piñon, Pitágoras Oliveira

Machado e João Anunciato dos Reis. Os militantes que conseguiram fugir do cerco montado pela repressão vieram a aliar-se à Vanguarda Popular Revolucionária Palmares. Outros foram exilados e banidos. Grande parte dos exilados só retornou ao Brasil após a Lei da Anistia, em 1979.⁴⁹

O grupo Colina foi uma das organizações armadas de maior atuação em Minas Gerais. Seus integrantes buscavam, junto a militantes do Rio de Janeiro e de São Paulo, formar um Comando Nacional que unificasse, sob os mesmos princípios ideológicos, as estratégias de luta das diferentes organizações de esquerda atuantes no território brasileiro. Segundo documento que circulou entre seus militantes, essa organização seria “fruto da unidade de diversos grupos organizados em torno de princípios ideológicos, de uma linha política e de uma prática revolucionária visando dar ao povo brasileiro uma alternativa real de libertação”.⁵⁰

Assim como ocorreu com o grupo Colina, a Corrente Revolucionária de Minas Gerais também foi desbaratada pelo aparelho repressivo do Estado. Durante sua campanha de repressão aos grupos revolucionários, o Dops-MG monitorou e desapropriou todos os imóveis que eram utilizados como aparelhos por essas organizações. Todo o material encontrado foi apreendido e a maior parte dos militantes, indiciada no artigo 21 do Decreto-Lei 314, de 14 de março de 1967, que define “os crimes contra a segurança nacional, a ordem política e social e dá outras providências”.⁵¹

No acervo do Dops-MG é possível constatar a existência de pelo menos oito inquéritos policiais militares instalados contra membros da Corrente, com a intenção de identificar e punir os responsáveis pelo assalto à Drogeria Félix, à boate Seis a Seis, ao Bar e Merceria São Vicente, à empresa Itaminas

Comércio de Minérios S/A, pela tentativa de assalto a uma pedreira em Belo Horizonte, pelo roubo de um automóvel Simca, assaltos à Caixa Econômica Estadual e à Casa Tucano.⁵² O oficial encarregado dos inquéritos policiais-militares (IPMs) foi o tenente-coronel da Artilharia do Exército, Manoel Alfredo Camarão de Albuquerque, cujo nome consta da lista de torturadores como um dos denunciados pelos presos políticos.⁵³

A maioria das ações das organizações Corrente e Colina foi noticiada pela imprensa mineira, sobretudo os jornais *Estado de Minas* e *Diário da Tarde*.⁵⁴ Entretanto, nas reportagens, as ações de ambas as organizações eram tratadas como crimes comuns, e não como ações políticas. Esse fato demonstra tanto o desconhecimento da imprensa, assim como da sociedade mineira, a respeito dos objetivos e intenções das operações armadas praticadas pelos grupos revolucionários. A partir de 1969, devido à intensificação da repressão, sobretudo após a promulgação do Ato Institucional nº 5, vários membros das organizações de esquerda atuantes em todo o país foram presos, torturados e mortos. No caso da Corrente, alguns militantes que viviam na clandestinidade conseguiram escapar de serem presos e ingressaram, posteriormente, na Aliança de Libertação Nacional (ALN), liderada por Carlos Marighella. Outros militantes da Corrente ingressaram no Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR), fundado em 1968, que, tal como sua organização de origem, propunha uma revolução popular contra o Estado burguês.⁵⁵

Censura e registro nos arquivos

O acirramento da repressão acabou por impedir que durante um longo período houvesse qualquer oposição ao governo de forma mais explícita, exceção feita à oposição consentida na esfera parlamentar, na qual vigorava o bipartidarismo. Além disso, a censura

imposta aos meios de comunicação restringia o conhecimento do que realmente acontecia dentro das prisões reservadas aos presos políticos. A memória desses fatos, explícita nos testemunhos dos sobreviventes e nos registros dos acervos documentais, é composta de vazios, traumas, cheiros e imagens que insistem em se fazer presentes. As lembranças pertencem às pessoas, mas o que é lembrado está amparado pela sociedade, pela cultura, pelos discursos oficiais e públicos.⁵⁶ A história silenciada nos porões da ditadura, na intimidade do medo e nas lacunas da memória vem encontrando formas peculiares de se manifestar nas diferentes realidades sociais. A configuração dessas lembranças, embora descontínua e fragmentada, torna-se inesgotável fonte de esclarecimento para a consciência da sociedade.

Os documentos da polícia política do Estado de Minas Gerais, disponíveis no acervo do Arquivo Público Mineiro (APM), são fundamentais para analisar a resistência empreendida pelas organizações clandestinas Corrente e Colina surgidas no Estado. A análise da documentação do Departamento de Ordem Social e Política de Minas Gerais tornou possível uma reavaliação do alcance dessas fontes. Se durante o momento de criação dos documentos o objetivo era registrar as detenções e prisões daqueles que “ameaçavam a segurança nacional”, bem como as ações do Estado para eliminar essa ameaça, atualmente esses documentos têm sido utilizados para comprovar as violações dos direitos humanos cometidas pelos agentes da segurança em nome do Estado ditatorial.

O resgate desse momento da história por meio das fontes arquivísticas tem permitido às gerações passadas reconstituir suas histórias e preencher as lacunas da memória subjetiva. A importância do relato desses fatos está em possibilitar às gerações atuais e futuras o direito à memória e ao conhecimento de acontecimentos omitidos pela história oficial. Ao

enriquecer o conhecimento do nosso passado recente, esse relato possibilita a recuperação de fatos históricos relacionados às violações de direitos humanos e a assimilação de suas lições, para que nunca mais se esqueça, para que nunca mais se repita.

RESUMO | Memórias da resistência

O objetivo deste artigo é narrar a história da atuação das organizações políticas Corrente Revolucionária de Minas Gerais e Comandos de Libertação Nacional (Colina), que no período entre 1967 e 1969 pegaram em armas para combater o regime ditatorial implantado no país por meio de um golpe civil-militar, em 1964. O resgate da memória dessas organizações e de suas ações na oposição à ditadura implantada no Brasil em 1964 foi possível com base na consulta ao acervo do Departamento de Departamento de Ordem Política e Social do Estado de Minas Gerais (Dops-MG), disponível no Arquivo Público Mineiro, e à bibliografia existente sobre o período.

ABSTRACT | Memoires of the resistance

The purpose of this article is to relate the activities of the political organizations Corrente Revolucionária de Minas Gerais and Comandos de Libertação Nacional (Colina), that from 1967 to 1969 took up arms in order to oppose the dictatorship established by a civilian-military coup in 1964. Recovering the history of these organizations and their activities in opposition to the dictatorship established in Brazil in 1964 was possible through consultation of the records of the Department of Political and Social Order of the State of Minas Gerais (Dops-MG), available in the Minas Gerais Public Archives and in existing bibliography regarding this period.

Notas |

1. O período a que se reportam os arquivos do Dops-MG vai de 1927 a 1989. O acervo encontra-se em formato digital e a consulta é feita por meio de sistema informatizado, que permite a busca por assuntos, datas e nomes.
2. Período referente à fundação e ao desmantelamento das organizações Corrente Revolucionária de Minas Gerais e Comandos de Libertação Nacional.
3. Depoimentos concedidos a Otávio Luiz Machado, pesquisador do projeto *A Corrente Revolucionária de Minas Gerais*, do Laboratório de Pesquisa Histórica, do Instituto de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal de Ouro Preto (Ufop).
4. GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas*. São Paulo: Ática, 1987. p. 89.
5. Depoimento de Ricardo Apgaua a Otávio Luiz Machado. Ouro Preto: Laboratório de Pesquisa Histórica da Universidade Federal de Ouro Preto (Ufop/Projeto A Corrente Revolucionária de Minas Gerais, 2004. Disponível em: <<http://sejarealistapecaoimpossivel.blogspot.com/2007/07/depoimento-de-ricardo-apgaua.html>>. Acesso em: 30 jun. 2015.
6. Após o golpe de 1964, houve uma centralização de poder nas mãos do Executivo. Foram suspensas as eleições diretas para governadores e presidente da República. Por meio de atos institucionais promulgados pelo regime, os partidos existentes foram fechados e criou-se o bipartidarismo. No lugar do pluripartidarismo vigente no período anterior, duas siglas foram criadas, a Aliança Renovadora Nacional (Arena), governista, e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), de oposição.

7. Em 1970, Mário Alves foi preso e torturado nas dependências do Destacamento de Operações de Informações - Centro de Operações de Defesa Interna (Doi-Codi) do Rio de Janeiro por cerca de oito horas. Atualmente, Mário Alves integra a lista de desaparecidos políticos do regime ditatorial brasileiro.

8. VITRAL, Thiago Veloso. *Corrente Revolucionária de Minas Gerais: resistência ativa à ditadura civil-militar em Minas Gerais (1967-1969)*. 2013. Dissertação (Mestrado em História e Culturas Políticas) – Departamento de História, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2013. p. 46.

9. Acervo APM, Fundo Dops/MG, rolo 003, pasta 0028. Data: abr. 1969 – nov. 1971. Título: Corrente Revolucionária de Minas Gerais.

10. Depoimento de Ricardo Apgaua a Otávio Luiz Machado. Ouro Preto: Laboratório de Pesquisa Histórica da Ufop/Projeto A Corrente Revolucionária de Minas Gerais, 2004. Disponível em: <<http://seja-realistapecaoimpossivel.blogspot.com/2007/07/depoimento-de-ricardo-apgaua.html>>. Acesso em: 30 jun. 2015.

11. ROLLEMBERG, Denise. *O apoio de Cuba à luta armada no Brasil: o treinamento guerrilheiro*. Rio de Janeiro: Mauad, 2001. p. 8.

12. Durante a Guerra Fria, em 1961, o governo norte-americano instalou mísseis nucleares na Turquia, causando desagrado e preocupação ao governo soviético, devido à possibilidade de um ataque norte-americano à União Soviética, graças a sua posição privilegiada. Em 14 de outubro de 1962, o governo dos Estados Unidos divulgou imagens, coletadas a partir de um voo secreto sobre Cuba, de instalações militares nesse país destinadas ao recebimento de mísseis nucleares soviéticos. O então presidente dos Estados Unidos, John Kennedy, comunicou o fato à população norte-americana, tratando a questão como um ato de guerra. Por outro lado, o governo soviético, por intermédio de Nikita Krushchev, líder político da URSS, defendeu-se, alegando que se tratava de um ato de defesa do governo cubano, contra uma tentativa de invasão da ilha. Essa crise gerou apreensão em ambas sociedades, alarmadas pela ameaça de uma terceira guerra mundial travada pelas potências nucleares dotadas de armas com poder altamente destrutivo.

13. Francisco Julião Arruda de Paula (1915-1999) foi um advogado e político pernambucano que iniciou sua atividade pública na defesa de pequenos agricultores em seu Estado natal, tendo criado as Ligas Camponesas, forma original de organização para a luta contra os latifundiários. As Ligas se espalharam por todo o Brasil, provocando a radicalização das lutas no campo. Julião foi deputado estadual e federal, mas com o advento do golpe civil-militar, em 1964, perseguido pelo regime, exilou-se, primeiro em Cuba, depois no México, onde veio a falecer.

14. Tentativa de um grupo de ex-militares de instalar, em 1966, um foco guerrilheiro na Serra do Caparaó, divisa entre Espírito Santo e Minas Gerais. A guerrilha foi aniquilada e seus membros, feitos prisioneiros numa operação da Polícia Militar de Minas, em abril de 1967.

15. ROLLEMBERG. *O apoio de Cuba à luta armada no Brasil*, p. 14.

16. Segundo o *Dicionário de Política*, de Rodrigo Borja, o foquismo é uma modalidade de luta armada revolucionária que consiste em empregar grupos móveis em pontos estratégicos de um país, principalmente no campo ou nas regiões próximas da cidade, afim de empreender ações de desgaste militar e psicológico contra as forças armadas em exercício. Os focos guerrilheiros são grupos armados pouco numerosos, especialmente preparados para empreender ações-surpresa, emboscadas e combates rápidos nos quais são capazes de derrotar as unidades de contra insurgência das forças armadas regulares. O foquismo tem como proposta iniciar um processo de insurgência geral contra a ordem constituída, para o qual conta com a ação concomitante de grupos clandestinos nas cidades que se encarregam de sabotar seus centros vitais, paralisar suas operações e criar condições efetivas para a ação armada revolucionária da população civil contra o governo instituído. Assim, um dos fatores necessários para o êxito do foquismo é o apoio da população em forma

de provisão de alimentos, cooperação logística, recrutamento, transporte, respaldo informativo, assistência e ocultação de seus efetivos

17. REIS FILHO, Daniel Aarão; SÁ, Jair Ferreira de (Org.). *Imagens da revolução: documento políticos das organizações clandestinas de esquerda nos anos 1961-1971*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1985. p. 134.

18. Acervo APM, Fundo Dops/MG, documento "Carta aberta aos revolucionários", rolo 2, pasta 16. Data: jul. 1967 - out. 1968. Título: Colina – Material recolhido.

19. Acervo APM, Fundo Dops/MG, documento "Comando de Libertação Nacional - Informe Nacional", rolo 2, pasta 16. Data: ago. 1968.

20. Acervo APM, Fundo Dops/MG, documento "Diretrizes para o Trabalho Operário", rolo 2, pasta 16. Data: jul. 1967 – nov.1969. Título: Colina – Estratégias e Revolução.

21. Acervo APM, Fundo Dops/MG, documento "Carta aberta aos revolucionários", rolo 2, pasta 16. Data: jul. 1967 – out. 1968. Título: Colina – Material recolhido.

22. Acervo APM, Fundo Dops/MG, documento "Carta aberta aos revolucionários", rolo 2, pasta 16. Data: jul. 1967 – out. 1968. Título: Colina – Material recolhido.

23. Palavra de uso comum entre os grupos engajados na luta contra o regime para designar as dissidências surgidas em uma organização anteriormente existente.

24. Sobre este assunto consultar: REIS FILHO; SÁ (Org.). *Imagens da revolução*; ARQUIDIOCESE de São Paulo. *Um relato para a História: Brasil, Nunca Mais*. Petrópolis: Vozes, 1985; RIBEIRO, Flávia Maria Franchini. *A subida do Monte Purgatório: estudo da experiência dos presos políticos da Penitenciária Regional de Linhares (1969-1972)*. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2007.

25. A respeito das organizações de esquerda no Brasil, durante as décadas de 1960 e 1970, consultar: GORENDER. *Combate nas trevas*; REIS FILHO, Daniel Aarão; MORAIS, Pedro. 1968: a paixão de uma utopia. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1988; REIS FILHO, Daniel Aarão. *A Revolução faltou ao encontro: os comunistas no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1990; REIS FILHO; SÁ (Org.). *Imagens da revolução*; ARQUIDIOCESE de São Paulo. *Um relato para a História*; ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil (1964-1984)*. Petrópolis: Vozes, 1989.

26. RIDENTI, Marcelo. *O fantasma da revolução brasileira*. São Paulo, Unesp, 1993.

27. Acervo APM, Fundo Dops/MG, rolo 003, pasta 0028, protocolo Nº 15/70 da Auditoria da 4ª Circunscrição Judiciária Militar.

28. Acervo APM, Fundo Dops/MG, rolo 003, pasta 0028, processo Nº 15/70 da Auditoria da 4ª Circunscrição Judiciária Militar.

29. Depoimento de Ricardo Apgaua a Otávio Luiz Machado. Ouro Preto: Laboratório de Pesquisa Histórica da Ufop/Projeto A Corrente Revolucionária de Minas Gerais, 2004. Disponível em: <<http://seja-realistapecaoimpossivel.blogspot.com/2007/07/depoimento-de-ricardo-apgaua.html>>. em: Acesso em: 1 jul. 2015.

30. Acervo APM, Fundo Dops/MG, sentença do Grupo Colina, rolo 1, pasta 15. Data: abr.1969 – mar. 1975. Título: Comando de Libertação Nacional (Colina).

31. Entrevista de Maria José de Carvalho Nahas concedida em 11/01/2003 a Isabel Cristina Leite. Retirado de LEITE, Isabel Cristina. Radicalização política frente ao regime militar em Belo Horizonte: Grupo Colina (1967-1969). *Revista História Hoje: Revista Eletrônica de História*. v. 3, n. 8, dez. 2005. Disponível em: <http://www.anpuh.org/revistahistoria/view?ID_REVISTA_HISTORIA=8>. Acesso em: 7 jul. 2015.

32. Acervo APM, Fundo Dops/MG, documento "Pontos para Análise e Discussão sobre o Movimento Estudantil, seu papel e perspectiva", rolo 003, pasta 16, jun. 1968 – ago. 1968.

33. Jornal *Piquete*, ano 3, n. 92, 93, 94, 1968. Acervo APM, Fundo Dops/MG, rolo 2, pasta 16. Data: jul. 1967 – out. 1968. Título: Colina - Material recolhido.

34. Palavra usualmente empregada pelos militantes da esquerda armada para designar os locais em que viviam em clandestinidade.

35. REIS FILHO; SÁ (Org.). *Imagens da revolução*, p. 134.

36. Acervo APM, Fundo Dops/MG, documento *Guerra Revolucionária, Guerrilha Urbana*, rolo 2, pasta 16. Data jul. 1967 - out. 1968. Título: Colina – Material recolhido.

37. VIANNA, Martha. *Uma tempestade como a sua memória: a história de Lia, Maria do Carmo*. Rio de Janeiro: Record, 2003. p. 75-79.

38. Acervo APM, Fundo Dops/MG, Informação n. 041 /SGD/ Dops-MG/75, rolo 001, pasta 15. Data: abr. 1969 – mar. 1975. Comando de Libertação Nacional.

39. Jornal *Piquete*, ano 3, n. 93. 1968. Acervo APM, Fundo Dops/MG, rolo 2, pasta 16. Data: jul. 1967 – out. 1968. Colina: material recolhido.

40. Acervo APM, Fundo Dops/MG, rolo 1, pasta 15. Data: abr. 1969 – mar. 1975. Título: Comando de Libertação Nacional (Colina).

41. Acervo APM, Fundo Dops/MG, Informação n. 041 /SGD/ Dops-MG/75, rolo 001, pasta 15. Data: abr. 1969 – mar. 1975. Comando de Libertação Nacional.

42. A respeito do termo expropriação como instrumento de ação política, utilizado pelos grupos guerrilheiros urbanos no Brasil, consultar BOTOSSO, Marcelo. A violência revolucionária: a distinção entre o campo do político e o campo do delito. *Caminhos da História*, Unimontes, v. 7, p. 85-95, 2002.

43. Os registros dessas ações podem ser verificados nos Inquéritos Policiais do acervo do Dops-MG, disponível no Arquivo Público Mineiro.

44. Acervo APM, Fundo Dops/MG, rolo 003, pasta 0029. Data: maio 1969 - maio 1969. Corrente Revolucionária de Minas Gerais – Assalto à Drogeria São Felix.

45. Acervo APM, Fundo Dops/MG, rolo 003, pasta 0030. Data: maio 1969 - jun. 1969. Corrente Revolucionária de Minas Gerais.

46. Acervo APM, Fundo Dops/MG, rolo 003, pasta: 0032. Data: maio 1969 - jun. 1969. Corrente Revolucionária de Minas Gerais.

47. RIBEIRO. *A subida do Monte Purgatório*, p. 20.

48. ARQUIDIOCESE de São Paulo. *Um relato para a História*, p. 31.

49. LEITE. Radicalização política frente ao regime militar em Belo Horizonte.

50. Acervo APM, Fundo Dops/MG, documento "Informe Nacional", rolo 2, pasta 16, subpasta 13.

51. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1960-1969/decreto-lei-314-13-marco-1967-366980-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 7 jul. 2015.

52. Acervo APM, Fundo Dops/MG, rolo 003, pastas 0028, 0029, 0030, 0031, 0032.

53. Disponível em: <http://bnmdigital.mpf.mp.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=DOC_BNM&pesq=Manoel+Alfredo+Camar%C3%A3o+de+Albuquerque>. Acesso em: 7 jul. 2015.

54. VITRAL. *Corrente Revolucionária de Minas Gerais*, p. 121.

55. REIS FILHO; SÁ (Org.). *Imagens da revolução*; ARQUIDIOCESE de São Paulo. *Um relato para a História*, p. 93-94; GORENDER. *Combate nas trevas*, p. 97-99 e 112-113; RIDENTI. *O fantasma da revolução brasileira*, p. 57.

56. SARLO, Beatriz. *Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva*. Trad. Rosa Freire d' Aguiar. São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007.

Anna Flávia Arruda Lanna Barreto tem pós-doutorado em História pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e é pesquisadora do *Projeto República: núcleo de pesquisa, documentação e memória*, da mesma universidade. É também professora adjunta do Centro Universitário UNA. E-mail: annaflav@prof.una.br